

Alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões da Interbolsa

Entre:

Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., com sede na Avenida da Boavista, n.º 3433, no Porto, com o Capital Social de EUR 5.500.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número de matrícula e de pessoa coletiva 502.962.275, adiante também designada apenas por Associado;

e

CGD Pensões Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com sede na Avenida João XXI, n.º 63 - 2.º piso, em Lisboa, com o capital social de EUR 3.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número de matrícula e de pessoa coletiva 502.777.460, adiante designada também apenas por CGD Pensões ou por Entidade Gestora;

Considerando que:

1. O Fundo de Pensões da Interbolsa, adiante designado por Fundo, foi constituído em 27 de dezembro de 2001, tendo o respetivo Contrato Constitutivo sido alterado em 29 de dezembro de 2006, em 6 de agosto de 2016 e em 7 de dezembro de 2017, para alteração dos benefícios pós-reforma existentes na empresa, com a criação de um Plano de Pensões de Contribuição Definida e a simultânea alteração do Plano de Benefício Definido, sendo ambos os Planos financiados pelo Fundo;
2. O Associado pretende clarificar algumas definições constantes na redação do Plano de Contribuição Definida; nomeadamente, participante, salário pensionável, tempo de serviço, invalidez, bem como circunstâncias de absentismo e outras situações.
3. Importa alterar a redação do Contrato Constitutivo do Fundo, para que fique ajustado à nova realidade atrás descrita.



É acordado pelos contraentes, que a presente alteração produz efeitos a partir da data da sua assinatura, passando o Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões da Interbolsa a ter a seguinte redação:

ARTIGO PRIMEIRO

“Denominação e duração do Fundo”

O fundo de pensões fechado que se denomina “Fundo de Pensões da Interbolsa”, adiante designado por Fundo, foi constituído por tempo indeterminado em 27 de dezembro de 2001.

ARTIGO SEGUNDO

“Identificação do Associado e da Entidade Gestora”

1. O único associado do Fundo é a Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., adiante designada por Associado.
2. A entidade gestora do Fundo é a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., adiante designada por Entidade Gestora.

ARTIGO TERCEIRO

“Objetivo”

O Fundo de Pensões da Interbolsa tem por objetivo garantir o pagamento das prestações pecuniárias decorrentes dos planos de pensões adiante referidos.

ARTIGO QUARTO

“Planos de Pensões”

O Fundo financiará os dois seguintes Planos de Pensões:

- a) Um Plano de Pensões de Benefício Definido, adiante também designado por Plano BD, que consta do Anexo I ao presente contrato constitutivo, sendo dele parte integrante;



- b) Um Plano de Pensões de Contribuição Definida, adiante também designado por Plano CD, que consta do Anexo II ao presente contrato constitutivo, sendo dele parte integrante.

ARTIGO QUINTO

“Forma de pagamento dos benefícios”

1. Os benefícios decorrentes do Plano BD identificado na alínea a) do artigo anterior são pagos diretamente pelo Fundo.
2. Os benefícios correspondentes a prestações pecuniárias periódicas decorrentes do Plano CD identificado na alínea b) do artigo anterior são pagos mediante a aquisição pelo Fundo, a favor dos respetivos beneficiários, de apólices de seguro de renda junto de seguradoras, ou de outro instrumento previsto na lei para o efeito.
3. Os benefícios decorrentes do Plano CD que sejam auferidos sobre a forma de remição em capital serão pagos diretamente pelo Fundo.

ARTIGO SEXTO

“O Fundo”

1. À data de constituição do Fundo, o seu património inicial era de EUR 498.797,90 (quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e sete euros e noventa cêntimos), integralmente realizado em dinheiro.
2. O Fundo é constituído por três subfundos:
 - a) um Subfundo BD, correspondente à quota-parte do Fundo afeta ao financiamento do Plano BD definido na alínea a) do Artigo Quarto;
 - b) Um Subfundo Conservador e um Subfundo Dinâmico, correspondentes à quota-parte do Fundo afeta ao financiamento do Plano CD definido na alínea b) do Artigo Quarto, distinguindo-se entre si pelo seu binómio risco vs. rentabilidade potenciais, conforme estipulado na Política de Investimento do Fundo constante no respetivo Contrato de Gestão.
3. Cada um dos subfundos a que se refere o n.º anterior é representado por unidades de participação, as quais poderão ser inteiras ou fracionadas.

4. À data da assinatura da presente alteração, o valor unitário das unidades de participação de cada um dos subfundos é de 5 EUR.
5. A subscrição de unidades de participação não dá lugar à emissão de títulos representativos, operando-se em sua substituição um registo informático de unidades desmaterializadas.
6. O registo informático de unidades desmaterializadas incluirá a abertura, junto da Entidade Gestora, de contas individuais – Contas de Valor Acumulado – respeitantes à posição de cada Participante ou Associado, devidamente identificados, das quais constará o número total de unidades de participação detidas, os montantes e os valores das unidades de participação subscritas, bem como o subfundo a que respeitam.
7. O valor da unidade de participação evolui, em cada momento, em função do valor dos ativos integrantes da carteira do respetivo subfundo, pelo que pode aumentar ou diminuir.
8. O valor de cada unidade de participação obtém-se pela divisão do valor líquido global do respetivo subfundo pelo número de unidades de participação em circulação relativas a esse mesmo subfundo. O valor líquido global do subfundo é calculado adicionando ao valor dos ativos financeiros, valorizados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, todos os créditos perante o subfundo e deduzindo as eventuais responsabilidades já vencidas e não pagas e o montante das comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
9. A subscrição de unidades de participação de cada subfundo será efetuada ao último valor da respetiva unidade de participação conhecido na data de subscrição.
10. O número de unidades de participação subscritas resulta do quociente entre o valor da contribuição efetuada e o valor da unidade de participação descrito no ponto anterior, com cinco casas decimais.
11. Não é estabelecida qualquer garantia de capital ou de rendimento, quer suportada pelas partes contraentes quer por terceiros.

ARTIGO SÉTIMO

“Regras de administração”

1. O financiamento do Plano BD fica totalmente a cargo do Associado, pelo que o Subfundo BD foi alimentado pela afetação inicial referida no artigo sexto, pelas demais contribuições

realizadas até à data da presente alteração, e continuará a ser alimentado por contribuições posteriores do Associado, anuais e/ou extraordinárias, que se venham a revelar necessárias em função dos resultados das avaliações atuariais de responsabilidades para o efeito realizadas, nos termos do normativo em cada momento em vigor.

2. O financiamento do Plano CD fica a cargo do Associado, podendo também existir contribuições voluntárias dos Participantes, sendo o Subfundo Conservador e o Subfundo Dinâmico alimentados pelas contribuições estabelecidas no Anexo II ao presente contrato.
3. O Plano CD poderá ainda ser financiado por contribuições decorrentes de transferência de montantes afetos a outros planos de pensões de que o Associado também seja associado, ou da quota-parte do Associado neste fundo afeta ao financiamento do Plano BD, bem como por contribuições decorrentes da transferência de montantes afetos a outros planos de pensões, financiados por fundos de pensões, dos quais os Participantes sejam igualmente participantes, nos termos estabelecidos no Anexo II. A transferência para financiamento do Plano CD de valores da quota-parte do Associado neste fundo afeta ao financiamento do Plano BD, fica sujeita a prévia autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (doravante designada abreviadamente por ASF).
4. Cada subfundo será ainda alimentado pela totalidade do rendimento líquido dos valores do respetivo investimento, bem como pelas mais-valias realizadas na alienação ou reembolso de valores do seu património.
5. Os valores recebidos pela Entidade Gestora serão investidos de acordo com a legislação em vigor e com o estabelecido em matéria de Política de Investimento do Fundo no respetivo Contrato de Gestão, com vista ao cumprimento dos objetivos de maior rendibilidade e segurança dos investimentos.
6. A débito do Fundo serão consideradas, em cada ano, as prestações pagas aos Beneficiários, os valores correspondentes aos prémios únicos para aquisição de apólices de seguro de renda que visem garantir prestações pecuniárias aos Beneficiários, bem como as comissões de gestão, a remuneração do Depositário, e outras despesas legalmente permitidas e previstas no Contrato de Gestão do Fundo.
7. A Entidade Gestora debitará ao Fundo as despesas referidas no ponto anterior, de acordo com o disposto no Contrato de Gestão do Fundo.
8. Os valores que integram o Fundo e os correspondentes documentos representativos serão depositados no Depositário.

ARTIGO OITAVO

“Comissão de Acompanhamento dos Planos de Pensões”

1. O cumprimento dos Planos de Pensões e a gestão do Fundo de Pensões são verificados por uma Comissão de Acompanhamento dos Planos de Pensões (CAPP) única, constituída nos termos da legislação em vigor e dos Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento que constitui o Anexo III ao presente contrato constitutivo e que dele faz parte integrante.
2. A constituição da CAPP inicia-se após a celebração do presente contrato, quando um dos Planos de Pensões contar com mais de cem membros (Participantes e/ou Beneficiários, conforme definidos no Anexo I e Anexo II ao presente contrato constitutivo).
3. A constituição da CAPP poderá também verificar-se mediante decisão do Associado, ainda que nenhum dos Planos de Pensões conte com 100 ou mais membros.

ARTIGO NONO

“Empréstimos”

O Fundo não prevê a concessão de empréstimos aos Participantes.

ARTIGO DÉCIMO

“Transferências para outros Fundos de Pensões”

1. Podem ser efetuadas transferências deste para outro Fundo de Pensões por forma a assegurar o regime de portabilidade previsto na Lei e nos Planos de Pensões.
2. A transferência será efetuada nos quinze dias posteriores à satisfação de todas as condições de que a mesma esteja dependente.
3. Não será cobrada qualquer comissão pela Entidade Gestora por causa da transferência, mas serão deduzidos nos montantes a transferir os custos diretamente relacionados com a operação de transferência.
4. Com a realização da transferência prevista nos números anteriores o ex-empregado com direitos adquiridos, cessa a sua qualidade de Participante do(s) Plano(s) de Pensões a que

respeitem os valores transferidos e nada mais terá a receber do Fundo ao abrigo desse(s) Plano(s).

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

“Mudança de Entidade Gestora e de Depositário”

1. O Associado tem o direito de transferir, nos termos da legislação em vigor e do estabelecido no Contrato de Gestão, sem qualquer penalidade, a gestão do Fundo para outra Entidade Gestora, mediante aviso prévio de 90 dias, relativamente à data em que pretende que a referida transferência produza efeitos, através de carta registada.
2. A Entidade Gestora, nos termos da legislação em vigor e mediante o acordo prévio com o Associado, pode transferir o depósito dos valores do Fundo para outra Entidade Depositária.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

“Modificação de cláusulas”

1. O Associado e a Entidade Gestora do Fundo poderão modificar livremente as cláusulas do presente contrato, desde que exista acordo entre ambos, com as limitações constantes do número seguinte e da existência de autorização prévia da ASF, sempre que necessária nos termos da lei.
2. As alterações relativas aos Planos de Pensões devem obedecer às seguintes condições:
 - a) As alterações não podem reduzir as pensões que se encontrem em pagamento, nem os direitos adquiridos, se existentes, à data da modificação;
 - b) Das alterações não poderá decorrer a possibilidade de restituição ao Associado da totalidade ou de parte do património do Fundo;
 - c) Nenhuma alteração poderá prejudicar o objetivo do Fundo, definido no artigo terceiro.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

“Extinção do Fundo”

1. O Fundo ou qualquer das suas quotas-partes, extingue-se nos casos previstos na lei e ainda quando se verifique:
 - a) A realização do seu objetivo;
 - b) O cancelamento das contribuições pelo Associado;
 - c) Nos casos especialmente previstos na Lei, nomeadamente em caso de incumprimento dos requisitos legais de financiamento do respetivo Plano de Pensões;
 - d) Em caso de insolvência do Associado ou no caso do Associado ser extinto por qualquer outra causa e, em qualquer dos casos, a responsabilidade pelo financiamento dos Planos não ser assumida por uma outra entidade.
2. Pretendendo cancelar as contribuições para o Fundo, o Associado deverá comunicá-lo à Entidade Gestora e aos Participantes com a antecedência mínima de 90 dias, ficando apenas responsável pelo pagamento das importâncias devidas em data anterior ao cancelamento.
3. Extinguindo-se o Fundo ou qualquer das suas quotas-partes, o seu património será liquidado e, após o pagamento de todas as despesas devidas, os direitos dos Participantes e Beneficiários deverão ser assegurados, até ao limite da capacidade financeira, da forma e pela ordem de preferência seguinte:
 - a) Quota-parte afeta ao Plano BD:
 - i. Continuidade do pagamento das pensões em curso através da aquisição de rendas vitalícias imediatas, junto de uma seguradora, para todos os Beneficiários que se encontrem a receber pensão paga pelo Fundo;
 - ii. Imediata entrada em pagamento das pensões correspondentes aos Participantes que tenham idade igual ou superior à Idade Normal de Reforma, através da aquisição de rendas vitalícias imediatas, junto de uma seguradora;
 - iii. Montante correspondente ao valor integralmente financiado das responsabilidades com os direitos adquiridos relativamente aos quais já se tenham verificado, à data da extinção, as condições previstas nos Planos de Pensões;
 - iv. Montante correspondente ao valor integralmente financiado das responsabilidades com os direitos adquiridos relativamente aos quais não se tenham verificado, à data da extinção, as condições previstas nos Planos de Pensões;
 - b) Quota-parte afeta ao Plano CD:

- i. Aquisição, junto de uma seguradora, de rendas vitalícias imediatas a favor dos Participantes que tenham idade igual ou superior à Idade Normal de Reforma do regime geral da Segurança Social ou outro regime de previdência equiparável por que o Participante esteja abrangidos, constituindo o saldo das respetivas Contas de Valor Acumulado no Fundo o prémio único da apólice a adquirir, sem prejuízo da possibilidade de remição em capital, nos termos e com os limites previstos na legislação em vigor;
 - ii. Transferência do saldo das Contas de Valor Acumulado de cada um dos demais Participantes para um outro fundo de pensões que cumpra as condições e características fiscais do Fundo, devendo aí ficar afeto a uma conta individual em seu nome e devendo sempre que necessário e justificado em função do tratamento fiscal ou outro concedido às contribuições, ficar os montantes transferidos sujeitos às condições de acesso aos benefícios e respetivas formas de pagamento previstas no plano de pensões de origem, dependendo a efetivação da transferência da aceitação expressa daquelas condições pela entidade gestora do fundo de pensões de destino. O fundo de pensões de destino deverá ser designado por escrito pelos Participantes, em formulário específico, num prazo de 45 dias a contar da data da notificação que lhe será enviada, para o efeito, pelos Associados. No entanto, caso não seja designado qualquer fundo de pensões dentro daquele prazo, a transferência será efetuada para uma adesão individual a um fundo de pensões aberto selecionado conjuntamente entre a Entidade Gestora e os Associado.
4. Em caso de insuficiência financeira da quota-parte do Fundo afeta ao Plano BD, o património dessa quota-parte responderá, preferencialmente pelas responsabilidades enunciadas e pela ordem das subalíneas da alínea a) do número anterior, com recurso a rateio proporcional às respetivas responsabilidades naquela em que for necessário.
 5. As pensões pagas ao abrigo da alínea a) do anterior número 3., serão atualizadas, desde que estas atualizações estejam estipuladas no Plano BD.
 6. Se, após assegurados os direitos referidos nos números anteriores, se verificar existir algum valor remanescente do Fundo, este será utilizado nos termos que forem decididos conjuntamente pela Entidade Gestora e pelo Associado, mediante prévia autorização da ASF.



ARTIGO DÉCIMO QUARTO

“Responsabilidade em caso de insolvência do Associado”

Em caso de insolvência do Associado, o património afeto ao Fundo responderá exclusivamente pelo cumprimento das obrigações previstas no artigo anterior e será utilizado nos termos aí previstos.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

“Responsabilidade em caso extinção do Associado”

No caso do Associado ser extinto por motivos não enquadráveis no artigo anterior, tal não fará operar a extinção do Fundo se a responsabilidade pelo financiamento dos Planos for assumida por uma outra Entidade. Caso contrário, o património afeto ao Fundo responderá exclusivamente pelo cumprimento das obrigações previstas no artigo décimo terceiro e será utilizado nos termos aí previstos.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

“Extinção ou cessação da atividade da Entidade Gestora”

Em caso de extinção ou cessação da atividade da Entidade Gestora, esta deverá comunicá-lo ao Associado com a antecedência mínima de 90 dias e assegurar a transferência da gestão do Fundo para outra entidade habilitada, mediante prévia autorização da ASF.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

“Representação do Associado”

O Associado assegurará a sua própria representação através do seu Conselho de Administração ou da pessoa ou pessoas em quem este delegar tal competência.



ARTIGO DÉCIMO OITAVO

“Responsabilidade”

As partes contratantes atuarão no interesse do Fundo e com vista à prossecução dos objetivos deste, sendo reciprocamente responsáveis pelos danos decorrentes do incumprimento das respetivas obrigações legais e contratuais, sem prejuízo de outras sanções que ao caso couberem.

ARTIGO DÉCIMO NONO

“Disposição final”

Tudo o que não se encontrar especificamente previsto neste contrato será regido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis aos fundos de pensões.

Os Planos de Pensões financiados por intermédio do presente contrato constitutivo não resultam de instrumento de contratação coletiva de trabalho.

Executado em 2 vias e assinado pelas partes.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2018



**Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados
de Valores Mobiliários, S.A.**



CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

ANEXO I
Plano de Pensões BD da Interbolsa

1. Participantes

1.1. Condições de Elegibilidade:

1.1.1 São Participantes do Plano de Pensões BD da Interbolsa:

- a) os empregados do Associado que se encontrem na situação de efetivo à data da entrada em vigor da redação atual deste plano de pensões;
- b) os ex-empregados da Interbolsa que, embora não se enquadrando nas condições previstas na alínea a), tenham completado, em data posterior à constituição do Fundo, um mínimo de cinco anos de Tempo de Serviço, nos termos do estipulado no ponto 3. do presente Plano;
- c) os empregados que, tendo sido enquadráveis na alínea a), venham a cessar o seu contrato de trabalho com o Associado por razão diferente da atribuição de pensão por velhice, invalidez ou morte, e desde que tenham, no mínimo, 5 anos de Tempo de Serviço na data da cessação do vínculo laboral.

1.1.2 Consideram-se na situação de efetivo os empregados com contrato individual de trabalho sem termo, sendo assim incluídos os empregados efetivos do Associado cedidos a outras instituições ou em licença sem vencimento, mas excluídos os colaboradores ao serviço do Associado por via de cedência de outras instituições.

1.1.3 Perdem a qualidade de Participantes do presente Plano todos aqueles que, por qualquer razão, deixem de estar abrangidos pelo mesmo, designadamente, nos casos previstos no ponto 5.5..

2. Beneficiários

São Beneficiários do presente Plano as pessoas singulares com direito aos benefícios estabelecidos neste Plano de Pensões, tenham ou não sido Participantes.

3. Definições

Idade Normal de Reforma – corresponde à Idade Normal de Reforma, como tal definida em cada momento no Regime Geral de Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem, ou noutro regime de previdência equiparável por que o Participante esteja abrangido.

A idade em que o Participante se reforma por velhice ao abrigo do presente Plano poderá, contudo, ser antecipada, desde que obtenha a antecipação da reforma por velhice por parte da Segurança Social ou outro regime de previdência equiparável por que esteja abrangido. Poderá também ser adiada, caso o Participante opte pelo adiamento da sua reforma por velhice da Segurança Social ou de outro regime de previdência equiparável por que esteja abrangido.

Data de Reforma – corresponde à data em que produza efeitos a atribuição ao Participante, pela Segurança Social ou por outro regime de previdência equiparável por que esteja abrangido, de uma pensão de velhice, ou de invalidez absoluta, ou de invalidez relativa, mas neste último caso apenas quando se verifique a cessação do vínculo laboral com o Associado.

Salário Pensionável – remuneração ilíquida mensal (composta pelo vencimento base, pela isenção de horário de trabalho e pelo subsídio de turno) auferido à data de 31 de dezembro de 2016 ou, quando anterior:

- a) Para os empregados efetivos do Associado cedidos a outras instituições ou em licença sem vencimento, a última remuneração ilíquida mensal paga pelo Associado;
- b) No caso de ex-empregados com direitos adquiridos considerar-se-á a última remuneração ilíquida mensal auferida antes da cessação do vínculo laboral com o Associado.

Para os ex-empregados com direito adquiridos cujo vínculo tenha cessado anteriormente a 31 de dezembro de 2016 e para os Participantes ao serviço efetivo do Associado nessa data, o valor da remuneração ilíquida mensal apurado nos termos acima referidos é atualizado, respetivamente, a partir da data da cessação do vínculo e do dia 31 de dezembro de 2016, até à Data de Reforma de acordo com o Índice de Preços no Consumidor (IPC) geral com habitação. A atualização é efetuada anualmente, de acordo com o índice divulgado pelo organismo oficial de estatística, considerando-se apenas os valores de evolução positiva do IPC.

Tempo de Serviço – Número de anos completos de serviço consecutivos prestados ao Associado até 31 de dezembro de 2016, contando para este efeito o tempo de serviço prestado

durante eventuais contratos a termo certo. Por anos de serviço consecutivos entende-se o período em que não existe cessação do vínculo laboral com o Associado.

Contudo, para os Participantes ao serviço efetivo do Associado que, em 31 de dezembro de 2016, ainda não tenham completado um mínimo de 5 anos de Tempo de Serviço, serão considerados os anos de serviço efetivo no Associado posteriores a essa data, mas para os exclusivos efeitos de preenchimento desta condição, para lhes serem reconhecidos direitos adquiridos (ou seja, tal período adicional não relevará para efeitos de cálculo do valor dos benefícios a cargo do presente Plano).

4. Plano de Pensões

4.1. Benefícios

- a) O Plano garante uma pensão por velhice, invalidez (absoluta ou relativa), sobrevivência, independente da Segurança Social ou outro regime de previdência equiparável por que o Participante esteja abrangido;
- b) O Plano só contempla o pagamento de pensões por velhice ou invalidez aos Participantes que tenham completado um mínimo de 5 anos de Tempo de Serviço. O Plano só contempla o pagamento de pensões por invalidez relativa nos casos em que se verifique a cessação do vínculo laboral com o Associado.

Conforme atrás já referido, para os Participantes ao serviço efetivo do Associado que, em 31 de dezembro de 2016, ainda não tenham completado um mínimo de 5 anos de Tempo de Serviço, serão considerados os anos de serviço efetivo no Associado posteriores a essa data, mas para os exclusivos efeitos de preenchimento desta condição, para lhes serem reconhecidos direitos adquiridos (ou seja, tal período adicional não relevará para efeitos de cálculo do valor dos benefícios a cargo do presente Plano);
- c) Em caso de um ex-empregado com direitos adquiridos, voltar a celebrar um contrato que o torne novamente elegível para o Plano, terá apenas direito, em qualquer caso, a uma pensão;
- d) O Tempo de Serviço dos diversos contratos não será acumulável, sendo apenas considerado o período individual mais favorável ao trabalhador, salvo se este tiver utilizado a faculdade prevista no ponto 5.5., em que nenhuma pensão lhe será devida pelo tempo de serviço posterior;
- e) O Plano só contempla o pagamento de pensões de sobrevivência imediata aos cônjuges dos Participantes que, no momento da morte sejam empregados efetivos do Associado no ativo

- e que, adicionalmente, tenham nessa data completado um mínimo de 5 anos de Tempo de Serviço no Associado;
- f) O Plano só contempla o pagamento de pensões de sobrevivência diferida aos cônjuges dos Beneficiários que, no momento da morte, auferiram uma pensão de reforma por velhice a cargo do presente Plano e que, adicionalmente, na data de passagem à situação de reformados fossem empregados efetivos do Associado;
- g) O pagamento das pensões a cargo do presente Plano é liquidado 14 vezes ao ano.

4.2. Cálculo da Pensão de Reforma por Velhice ou Invalidez

Em caso de reforma por velhice ou por invalidez (absoluta, ou relativa nos casos em que se verifique a cessação do vínculo laboral com o Associado) do Participante que reúna as condições previstas na alínea b) do ponto 4.1. do presente Plano, ser-lhe-á paga uma pensão calculada pela seguinte fórmula:

$$PM = 0,625\% \times N \times SM$$

em que:

PM – Pensão mensal a cargo do esquema, tendo como limite mínimo 15% do Salário Pensionável;

N – Tempo de Serviço à Data de Reforma (com o limite do tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2016);

SM – Salário Pensionável.

4.3. Cálculo da Pensão de Sobrevivência Imediata

Em caso de morte do Participante que reúna as condições previstas na alínea e) do ponto 4.1. do presente Plano, será paga ao cônjuge sobrevivente uma pensão calculada pela seguinte fórmula:

$$PM = 75\% \times \text{Pensão de Reforma por Invalidez}$$

em que:

PM – Pensão mensal a cargo do esquema;

Pensão de Reforma por Invalidez – Aquela que seria obtida se o Participante se reformasse por invalidez à data da morte.

Esta pensão é paga ao cônjuge a partir do mês seguinte à ocorrência do óbito.

4.4. Cálculo da Pensão de Sobrevivência Diferida

Em caso de morte do Beneficiário que reúna as condições previstas na alínea f) do ponto 4.1. do presente Plano, será paga ao cônjuge sobrevivente uma pensão calculada pela seguinte fórmula:

$$PM = 75\% \times \text{Pensão de Reforma por Velhice}$$

em que:

PM – Pensão mensal a cargo do esquema;

Pensão de Reforma por Velhice – pensão auferida pelo Beneficiário à data do óbito.

Esta pensão é paga ao cônjuge a partir do mês seguinte à ocorrência do óbito.

4.5. Atualização das Pensões

A atualização das pensões pagas não é obrigatória, podendo ser feita anualmente, por iniciativa do Associado.

5. Direitos adquiridos e Portabilidade

5.1. Caso um Participante seja enquadrável nas alíneas b) e c) do ponto 1.1. do presente Plano terá direito, à data da reforma por velhice ou invalidez, a uma pensão de reforma nas condições e limites estabelecidos no ponto 4. supra.

Os Participantes que preencham as condições atrás referidas designam-se “ex-empregados com direitos adquiridos”.

5.2. Após a cessação do contrato de trabalho com o Associado, o ex-empregado com direitos adquiridos pode solicitar, nos termos da lei, a transferência do valor a que tem direito para outro fundo de pensões.

5.3. O valor a que o Participante tem direito nos termos do número anterior é o correspondente ao valor atuarial da totalidade das correspondentes responsabilidades, à data da cessação do contrato de trabalho, de acordo com a última avaliação atuarial reportada oficialmente e em consonância com o plano técnico atuarial em vigor, o qual, contudo, não poderá ser inferior ao valor atuarial das responsabilidades calculado de acordo com os pressupostos mínimos estabelecidos pela ASF.

5.4. No caso de tal se justificar em função do tratamento fiscal ou outro concedido ao Associado aquando do pagamento das contribuições, os montantes transferidos ficarão sujeitos às condições de acesso ao benefício e respetivas formas de pagamento previstos no presente

contrato constitutivo e a transferência depende da aceitação dessas condições pela entidade gestora do fundo de pensões de destino.

- 5.5.** Com a realização da transferência prevista nos pontos 5.2., 5.3. e 5.4. supra, o ex-empregado com direitos adquiridos cessa a sua qualidade de Participante do presente Plano, nada mais tendo a receber, no âmbito do mesmo, do Fundo que constitui o respectivo veículo de financiamento.

6. Remição de Benefícios

O presente Plano não prevê a remição dos benefícios estabelecidos.



ANEXO II
Plano de Pensões CD da Interbolsa

Artigo 1º
(Definições)

Para efeitos do presente Plano de Pensões, considera-se:

- Data de Início do Plano:** 01 de janeiro de 2017
- Associado:** Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A
- Plano de Pensões:** As regras subjacentes a este conjunto de benefícios e pelas quais se determinam os direitos às respetivas prestações pecuniárias, que no seu todo se denominam Plano de Pensões CD da Interbolsa.
- Participantes:** Qualquer colaborador do Associado, a tempo parcial ou completo, com vínculo celebrado com o Associado por tempo indeterminado.
- São ainda considerados Participantes, para efeitos de acesso aos benefícios, os ex-trabalhadores do Associado, após a cessação do respetivo contrato de trabalho, enquanto não tiverem transferido os valores das suas contas, sobre os quais mantenham Direitos Adquiridos, para outro fundo de pensões.

Não são abrangidos por este Plano de Pensões os colaboradores que prestem serviço ao Associado em regime de destacamento ou que sejam contratados em regime de comissão de serviço.

Data de Admissão no Plano: Data em que um colaborador do Associado é incluído no Plano de Pensões, de acordo com as regras do artigo 4º do presente Anexo, e se torna Participante do mesmo.

Idade Normal de Reforma: Corresponde à Idade Normal de Reforma, como tal definida em cada momento no Regime Geral de Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem, ou noutro regime de previdência equiparável por que o Participante esteja abrangido.

A idade em que o Participante se reforma por velhice ao abrigo do presente Plano poderá, contudo, ser antecipada, desde que obtenha a antecipação da reforma por velhice por parte da Segurança Social ou outro regime de previdência equiparável por que esteja abrangido. Poderá também ser adiada, caso o Participante opte pelo adiamento da sua reforma por velhice da Segurança Social ou de outro regime de previdência equiparável por que esteja abrangido.

Data de Reforma: Corresponde à data em que produza efeitos a atribuição ao Participante, pela Segurança Social ou por outro regime de previdência equiparável por que esteja abrangido, de uma pensão de velhice, ou de invalidez absoluta, ou de invalidez relativa, mas neste



último caso apenas quando se verifique a cessação do vínculo com o Associado.

Salário Pensionável:

Consiste na remuneração ilíquida mensal (composta pelo vencimento base e eventuais prestações complementares – por exemplo, isenção de horário de trabalho e subsídio de turno), incluindo os subsídios de férias e de Natal, nos meses em que haja lugar ao seu pagamento.

Tempo de Serviço:

Número de anos completos ao serviço do Associado, considerando-se, como tal, os anos decorridos entre a data de admissão no Associado, com contrato celebrado por tempo indeterminado (ou a termo convertido em contrato por tempo indeterminado) e a data de cessação do mesmo, excluindo os períodos de licença sem vencimento.

Em caso de fusão com outras empresas será igualmente considerado o tempo de serviço naquelas empresas.

No caso de trabalhadores que sejam transferidos para o Associado de outras empresas do Grupo a que este pertence, passando a ter contrato de trabalho com o mesmo, será considerada a data de admissão naquela empresa de origem para cálculo do Tempo de Serviço.

No caso de trabalhadores que sejam transferidos do Associado para outras empresas do Grupo, com cessação do vínculo laboral com o Associado imediatamente seguido da celebração de contrato de trabalho com a empresa de destino, será igualmente

considerado o tempo subsequente nesse outra empresa, para cálculo do Tempo de Serviço, sempre que, na data de cessação do vínculo laboral com o Associado, o Participante não tenha o Tempo de Serviço suficiente para dispor de 100% de Direitos Adquiridos sobre os saldos das suas Contas de Valor Acumulado.

Invalidez:

Um Participante será considerado em situação de invalidez, para efeitos deste Plano de Pensões, se for reconhecido pela Segurança Social ou regime de previdência equiparável por que esteja abrangido como encontrando-se em situação de invalidez absoluta ou em situação de invalidez relativa, mas neste último caso apenas quando se verifique a cessação do vínculo com o Associado.

Beneficiários:

Os Participantes, a partir do momento em que reúnam as condições para auferir um benefício nos termos deste Plano de Pensões.

Será igualmente considerado Beneficiário qualquer pessoa que reúna as condições para auferir um benefício por morte do Participante.

Direitos Adquiridos:

Direitos mantidos pelo Participante, nos termos do Plano de Pensões, em caso de cessação do vínculo com o Associado, quando este ocorra antes da verificação das contingências que determinam o recebimento dos benefícios.



Contas de Valor Acumulado: Contas individuais constituídas pelo valor acumulado das contribuições efetuadas, bem como pelos rendimentos obtidos e as mais ou menos valias entretanto geradas, deduzidos dos encargos, que lhe sejam imputáveis, incluindo a comissão de gestão e a comissão de depositário. Todas as contribuições realizadas pelo Associado ou pelos Participantes serão arredondadas para o cêntimo de EUR mais próximo.

Data de Revisão: Data anual a determinar uma vez por ano, durante o mês de dezembro, até à qual será dada a oportunidade ao Participante para comunicar a decisão de iniciar ou reiniciar as suas próprias contribuições, se não estiver já a realizá-las ou se as tiver entretanto interrompido, ou de proceder à alteração do seu nível de contribuições voluntárias, caso estiver já a realizá-las, e de proceder à alteração da alocação dos saldos de contas e contribuições entre os subfundos para o efeito disponíveis. A decisão sobre as contribuições próprias terá efeito a partir do dia 1 do mês seguinte e manter-se-á válida até ser cancelada ou alterada na Data de Revisão seguinte.

Veículos de Financiamento: O Subfundo Conservador e o Subfundo Dinâmico do Fundo de Pensões da Interbolsa (Fundo), destinados ao financiamento do presente Plano de Pensões.

Entidade Gestora: A entidade gestora do Fundo de Pensões da Interbolsa.

Artigo 2º

(Objetivo)

O Plano de Pensões tem por finalidade proporcionar aos Participantes, com base nos valores das respetivas Contas de Valor Acumulado, benefícios de reforma por velhice (antecipada ou postecipada) ou invalidez, e, em caso de morte do Participante, ocorrida durante o ativo (ou na reforma, por opção deste, no momento em que se inicia o pagamento da sua pensão/compra da renda), uma pensão de sobrevivência aos respetivos beneficiários, de acordo com as regras aqui definidas e sem prejuízo das demais situações estabelecidas para acesso aos valores determinados pelas contribuições do próprio, conforme melhor explicitado nos Artigos 13º e 14º do presente Plano.

Artigo 3º

(Tipo)

1. O presente Plano de Pensões é um plano de Contribuição Definida, financiado por contribuições do Associado efetuadas mensalmente a favor de cada um dos Participantes, e por contribuições mensais voluntárias dos próprios Participantes, calculadas, em ambos os casos, sobre o respetivo salário pensionável. Os Participantes dispõem ainda da faculdade de realizar contribuições extraordinárias nos termos previstos neste plano.
2. O valor capitalizado em cada Conta de Valor Acumulado, constituída ao abrigo deste Plano, está sujeito a variar positiva ou negativamente, em resultado da evolução das aplicações efetuadas e dos mercados financeiros. Em consequência, o Associado assume apenas a obrigação de realizar as contribuições previstas, nos termos e condições do presente Plano de Pensões, pelo que não será responsável, agora ou no futuro, pelo nível de rendimentos gerado ou pelos benefícios proporcionados ao abrigo do plano.
3. Os montantes dos benefícios resultantes deste Plano de Pensões são complementares e independentes do nível de benefícios pagos pelo sistema de Segurança Social portuguesa ou qualquer outro regime de proteção social, público ou privado, nacional ou estrangeiro.
4. A gestão e administração deste Plano de Pensões cabem à Entidade Gestora do respetivo veículo de financiamento.

Artigo 4º

(Inclusão no Plano de Pensões)

1. Os colaboradores do Associado, com vínculo celebrado por tempo indeterminado, na Data de Início do Plano, consideram-se incluídos neste Plano de Pensões naquela data.
2. Os colaboradores admitidos no Associado, com vínculo celebrado por tempo indeterminado, após a Data de Início do Plano, ou que, após esta data, vejam alterado o seu vínculo, passando a ter contrato celebrado por tempo indeterminado, são incluídos no Plano de Pensões na data em que passam a contrato sem termo.

Artigo 5º

(Contas de Valor Acumulado)

Cada Participante poderá ter até quatro Contas de Valor Acumulado em cada veículo de financiamento deste Plano de Pensões, repartidas em função da origem das contribuições:

a) *Conta BASE:*

Esta conta é constituída pelos valores determinados pelas Contribuições Regulares do Associado, efetuadas a favor de cada Participante.

b) *Conta GERAL:*

Esta conta é constituída pelos valores determinados pelas Contribuições Regulares e Extraordinárias dos Participantes.

c) *Conta EXTERNA:*

Esta conta é constituída pelos valores resultantes dos montantes transferidos de outros planos de pensões que não hajam resultado de contribuições do Participante, mas que em relação aos quais este tenha Direitos Adquiridos.

d) *Conta EXTERNAT:*

Esta conta é constituída pelos valores resultantes dos montantes transferidos de outros planos de pensões que hajam resultado de contribuições do Participante.

Artigo 6º



(Contribuições Regulares do Associado)

1. O Associado efetuará uma contribuição mensal, a favor de cada um dos Participantes, a partir da respetiva Data de Admissão no Plano, de montante igual a 15% (quinze por cento) do seu Salário Pensionável.
2. As contribuições do Associado cessam nos seguintes casos:
 - a) Por cessação, independentemente do motivo, do vínculo do Participante ao Associado;
 - b) Quando o Participante atinja a Idade Normal de Reforma, ou se verifique qualquer outra circunstância que permita o acesso aos benefícios;
 - c) Por decisão unilateral do Associado, procedendo-se, então, à extinção do Plano de Pensões, após cumpridos todos os requisitos para o efeito estabelecidos pela legislação que esteja em vigor.

Artigo 7º

(Contribuições Voluntárias do Participante)

1. O Participante pode efetuar contribuições voluntárias regulares mensais ao abrigo do presente Plano de Pensões, a partir da respetiva Data de Admissão no Plano, calculadas em múltiplos de 1% (um por cento) do Salário Pensionável, com um máximo de 5% (cinco por cento) deste.
2. O montante destas contribuições será deduzido pelo Associado no vencimento do Participante correspondente ao mês a que a contribuição respeita e entregue diretamente à Entidade Gestora.
3. A decisão de suspender ou cessar as contribuições mensais voluntárias do Participante pode ser exercida e comunicada em qualquer momento, produzindo efeitos a partir do mês seguinte àquele em que for comunicada ao Associado. Nesse caso, o Participante apenas poderá retomar essas contribuições numa futura Data de Revisão.

4. As contribuições voluntárias do Participante cessam com a cessação do respetivo vínculo com o Associado, independentemente do motivo da cessação deste.

Artigo 8º

(Contribuições Extraordinárias do Participante)

1. A partir da Data de Admissão no Plano, o Participante que mantenha o seu vínculo com o Associado pode efetuar contribuições extraordinárias para o Plano de Pensões. Estas contribuições extraordinárias podem ser efetuadas uma vez por ano, durante as últimas duas semanas de cada ano civil, até ao valor máximo anual de dois Salários Pensionáveis.
2. As contribuições extraordinárias deverão ser realizadas por transferência bancária para uma conta instrumental da Entidade Gestora, cujo IBAN será comunicado ao Departamento de Recursos Humanos do Associado e por este divulgado junto dos seus colaboradores. Estas contribuições não desoneram, contudo, da necessidade de realização das contribuições mensais acordadas por parte do Participante, se for o caso, constituindo uma contribuição adicional às mesmas.
3. Para que as contribuições extraordinárias sejam válidas, o Participante deverá enviar à CGD Pensões, no próprio dia em que der a instrução de transferência, um e-mail com as seguintes características:
 - Assunto: composto por “Interbolsa_NIF do contribuinte” (p.e., para o empregado NIF 111111111 ter-se-á “Interbolsa_111111111”);
 - Anexo: Comprovativo de transferência. Sempre que possível a transferência deverá ser efetuada indicando no descritivo o NIF do contribuinte;
 - Destinatários: Mailbox geral da CGD Pensões (cgdpensoes@cgd.pt), Michel Mata (michel.mata@cgd.pt), Rita Monte Pegado (rita.monte.pegado@cgd.pt) e Daniel Graça (daniel.graca@cgd.pt), ou outros empregados da Entidade Gestora que os venham a substituir no âmbito da gestão do Plano e cuja identificação e contactos serão por esta



oportunamente comunicados ao Departamento de Recursos Humanos do Associado, para divulgação junto dos seus Participantes.

4. Após a receção do comprovativo de transferência e da confirmação do respetivo crédito, a Entidade Gestora assegurará o investimento do montante da contribuição extraordinária, com a mesma distribuição entre o Subfundo Conservador e o Subfundo Dinâmico que esteja em vigor nessa data para as contribuições mensais a favor do Participante, nos termos do artigo seguinte.

Artigo 9º

(Alocação de Contribuições)

1. O financiamento do Plano é assegurado por Veículos de Financiamento – o Subfundo Conservador e o Subfundo Dinâmico – cujo objetivo é proporcionar aos Participantes dois perfis de risco vs. rendibilidade potenciais distintos, passíveis de satisfazer uma lógica de “ciclo de vida”, determinada em função de diferentes intervalos de tempo teórico até à Idade Normal de Reforma.
2. A Política de Investimento, definida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões da Interbolsa, e os respetivos intervalos de tempo esperados até à Data da Reforma serão definidos em conjunto pelo Associado e pela Entidade Gestora na Data de Início do Plano e serão revistos com periodicidade mínima anual, nos termos que forem considerados mais adequados tendo em conta o conjunto dos Participantes.
3. O Participante pode decidir, na Data de Admissão no Plano ou em qualquer Data de Revisão posterior, a distribuição, entre o Subfundo Conservador e o Subfundo Dinâmico, em que devem ser afetos os saldos das suas contas e as suas próprias contribuições, distribuição essa que pode consistir no investimento num único destes subfundos ou numa qualquer combinação de ambos.
4. Enquanto o Participante não indicar expressamente qualquer opção de investimento pelos subfundos disponíveis, nos termos do número anterior, os saldos das suas Contas de Valor Acumulado e as contribuições, tanto do Associado, como do próprio, serão afetas, de

acordo com um critério de Ciclo de Vida, ou seja, de acordo com a idade do participante a 31 de dezembro de cada ano, nos seguintes termos:

Idade	Distribuição do Investimento (%)	
	Subfundo Conservador	Subfundo Dinâmico
Igual ou inferior a 45	0%	100%
46 – 60	70%	30%
Igual ou superior a 61	100%	0%

Artigo 10º

(Revisão das Opções)

1. Em cada Data de Revisão, o Participante tem direito a:
 - a) Iniciar ou reiniciar a sua contribuição mensal voluntária ou alterar a percentagem com base na qual se determina essa sua contribuição;
 - b) Indicar/alterar a forma como devem ser afetos os saldos das suas Contas de Valor Acumulado, as contribuições do Associado e as suas próprias contribuições, entre o Subfundo Conservador e o Subfundo Dinâmico.
2. As opções acima referidas devem ser exercidas de acordo com as regras e condições que se encontram estabelecidas no presente Plano de Pensões e em articulação com as disposições do contrato de gestão do Fundo.

3. A revisão das opções do Participante deverá ser comunicada em cada Data de Revisão:
 - a) ao Associado ou à Entidade Gestora, no que se refere à matéria da alínea a) do n.º 1 supra e sem prejuízo do estabelecido no n.º 3 do Artigo 7.º do presente Plano. Caso a comunicação seja endereçada à Entidade Gestora, a mesma dará conhecimento ao Associado;
 - b) à Entidade Gestora, no que se refere à matéria da alínea b) do n.º 1 supra.
4. As comunicações deverão ser efetuadas da seguinte forma:
 - a) Comunicações ao Associado - através de formulários específicos, disponibilizados pelo Associado, para o efeito;
 - b) Comunicações à Entidade Gestora - através dos formulários *on-line* existentes para o efeito na área privada de cada Participante em www.cgdpensoes.pt.
5. Sempre que o Participante não comunique qualquer alteração na Data de Revisão, manter-se-á a opção em vigor nessa data, relativamente à realização das contribuições voluntárias mensais próprias e à respetiva percentagem de cálculo e alocação de saldos e contribuições.

Artigo 11º

(Absentismo e Outras Situações)

1. Se um Participante estiver temporariamente ausente sem retribuição devido a incapacidade temporária para o trabalho por doença (até um ano), acidente de trabalho e equiparado, licenças de parentalidade, a empresa continua a realizar as suas contribuições, com base no Salário Pensionável do mês anterior ao início da ausência.
2. Se um Participante estiver temporariamente ausente sem retribuição por qualquer outro motivo diferente dos previstos acima, o Associado suspende as suas contribuições.
3. Os colaboradores do Associado que por este sejam destacados para prestarem serviços a outras empresas no estrangeiro, mantêm-se como Participantes do Plano de Pensões, sendo realizadas contribuições a seu favor pelo Associado, durante o período do destacamento, com base no Salário Pensionável auferido no Associado, salvo se, na empresa de destino, esses Participantes ficarem abrangidos por um plano de pensões dessa empresa.

Artigo 12º

(Serviço após a Idade Normal de Reforma)

No caso de um Participante manter o seu vínculo com o Associado após a Idade Normal de Reforma, cessarão todas as contribuições para as suas Contas de Valor Acumulado. Os montantes acumulados nas diversas contas irão, no entanto, continuar a acumular rendimentos sobre os investimentos efetuados, até à Data da Reforma ou até que se verifique qualquer outra condição necessária para acesso aos benefícios.

Artigo 13º

(Condições de Acesso aos Benefícios)

Os Participantes, ou os Beneficiários elegíveis, terão acesso aos montantes existentes nas Contas de Valor Acumulado, de acordo com a legislação atual, quando ocorrer uma das seguintes situações:

Conta BASE e Conta EXTERNA

- a) Data da Reforma;
- b) Invalidez;
- c) Morte.

Conta GERAL E EXTERNAT

- a) Nas situações previstas anteriormente, e ainda
- b) Reforma Antecipada;
- c) Pré-Reforma;
- d) Incapacidade permanente para o trabalho, entendido este conceito nos termos da legislação aplicável aos planos poupança-reforma/educação (PPR/E);



- e) Desemprego de longa duração, entendido este conceito nos termos da legislação aplicável aos planos poupança-reforma/educação (PPR/E);
- f) Doença grave, entendido este conceito nos termos da legislação aplicável aos planos poupança-reforma/educação (PPR/E).

Artigo 14º

(Forma de recebimento dos Benefícios)

Conta Base e Externa

Na data de acesso aos benefícios, o Participante ou os seus Beneficiários (consoante a situação) têm direito a uma pensão resultante da aquisição pelo Fundo de um seguro de renda vitalícia imediata (ou temporária, em caso de orfandade) com o saldo então existente nas suas Contas Base e Externa ou, alternativamente, por sua expressa opção, à remição daquele saldo nos termos e até ao limite permitido pela legislação material e fiscal aplicável aos Veículos de Financiamento (à Data de Início do Plano, esse limite é de um terço daquele saldo), acompanhada da aquisição pelo Fundo de um seguro de renda vitalícia imediata a seu favor com o montante remanescente.

Conta GERAL e EXTERNAT

Na data de acesso aos montantes acumulados, o Participante ou os seus Beneficiários elegíveis (consoante a situação) têm direito à remição total em capital do saldo então existente nas suas Contas Geral e Externa T, ou à utilização do mesmo para a aquisição pelo Fundo a seu favor de uma apólice de seguro de renda vitalícia imediata, ou ao seu reembolso através de uma combinação das duas formas de recebimento atrás referidas, de acordo com a legislação aplicável que estiver em vigor nessa data.

Disposições Comuns

O processo de aquisição de uma renda vitalícia consiste em contratar uma apólice de seguro com uma seguradora, com o capital acumulado, para garantia de pagamento de uma pensão vitalícia ou temporária, consoante a natureza do benefício.

A renda pode ser sobre uma vida (isto é, em caso de morte do beneficiário cessa todo e qualquer pagamento de benefício) ou com uma percentagem certa de reversibilidade a favor de outro(s)

beneficiário(s) indicado(s) pelo Participante, em caso de morte. Relativamente às rendas a adquirir com montantes acumulados nas Contas Base e Externa, os beneficiários em caso de morte e os termos da reversibilidade terão que respeitar as regras estabelecidas na alínea a) do n.º 1 do Artigo seguinte.

O custo de aquisição pode variar consoante as características escolhidas pelo Participante ou Beneficiário.

Estas opções deverão ser concretizadas por escrito, sendo a partir dessa data irreversíveis.

No caso do Beneficiário ser o próprio Participante, as opções devem ser comunicadas no prazo máximo de 2 anos a contar do momento em que se verifica a contingência que confere o direito ao pagamento dos benefícios e com o mínimo de um mês de antecedência face à data em que o Beneficiário pretenda que o pagamento da pensão tenha início. Em caso de morte, essas opções deverão ser concretizadas durante o mês seguinte à ocorrência do evento.

Em todo o caso, a parte do benefício passível de ser recebida sob a forma de capital só poderá ser paga em simultâneo com a aquisição da apólice de seguro de renda.

Artigo 15º

(Beneficiários elegíveis em caso de morte do Participante no ativo)

1. Contas BASE e EXTERNA

Em caso de morte de um Participante, antes da reforma, os Beneficiários elegíveis para receber o benefício determinado pelo valor líquido acumulado a seu favor, são os seguintes:

- a) Pessoas que, em face das condições definidas pela Segurança Social ou outro regime de previdência alternativo por que o Participante esteja abrangido, tenham direito a auferirem uma pensão de sobrevivência; o montante acumulado nas Contas Base e Externa será distribuído pelos Beneficiários de forma proporcional à respetiva pensão de sobrevivência a cargo do regime de previdência aplicável, sendo pago da forma estabelecida no Artigo anterior e tendo a pensão mensal duração idêntica à da referida pensão de sobrevivência;
- b) Caso não existam Beneficiários que satisfaçam as condições referidas na alínea a), o benefício será transferido para a Conta Residual do Associado, melhor descrita no

Artigo 17.º, exceto se os montantes tiverem resultado de contribuições de outra entidade, caso em que lhes será dado idêntico tratamento ao previsto no número seguinte.

2. Contas Geral e ExternaT

Em caso de morte do Participante antes da atribuição da reforma, os Beneficiários elegíveis para receber o valor líquido acumulado nas Contas Geral e ExternaT são as pessoas designadas pelo Participante em formulário específico ou, não havendo designação expressa pelo Participante ou caso os beneficiários designados já não se encontrem vivos, os herdeiros legais do Participante, sendo neste último caso o benefício por este repartido em partes iguais.

Artigo 16º

(Cessação do Vínculo com o Associado)

1. No caso de um Participante cessar o seu vínculo com o Associado, antes da Data da Reforma, sem ser por qualquer causa que confira direito a um benefício nos termos deste Plano de Pensões, cessam todas as contribuições, do próprio ou do Associado, para as suas Contas de Valor Acumulado, a partir do mês seguinte à data de cessação do vínculo.
2. O Participante tem, então direito a uma percentagem do valor acumulado a seu favor na Conta Base, dependente do Tempo de Serviço, em conformidade com a definição do artigo 1º e de acordo com a seguinte tabela:

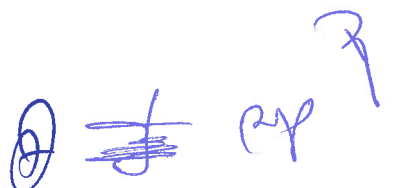
Tempo de Serviço	Direitos Adquiridos
Menos de 1 ano	0%
1 ano	25%
2anos	50%
3 anos	75%
4 anos ou mais	100%

3. No caso dos Participantes que, na data da cessação do vínculo, não disponham de direitos adquiridos sobre 100% do saldo da respetiva Conta Base e em que a cessação do vínculo ocorra por transferência para outra empresa do Grupo a que pertence o Associado, ou celebração de novo contrato com essa empresa, são-lhe logo reconhecido Direitos Adquiridos sobre a percentagem correspondente ao seu Tempo de Serviço e o remanescente ficará a capitalizar, aguardando pelo preenchimento, na outra empresa, do Tempo de Serviço necessário para adquirir os 100% ou pela cessão do vínculo com essa Empresa, aplicando-se, então, nessa data, as regras de portabilidade sobre essa parte.
4. O Participante tem sempre Direitos Adquiridos sobre a totalidade dos valores determinados pelas suas próprias contribuições e registados na respetiva Conta Geral ou Conta ExternaT, bem como sobre a totalidade dos valores transferidos de outros planos de pensões para a sua Conta Externa, por esses valores lhe pertencerem.
5. Após a cessação do vínculo com o Associado, nos termos do anterior n.º 1 o Participante pode transferir, a qualquer momento, para outro fundo de pensões, os valores sobre os quais se tenham constituído Direitos Adquiridos a seu favor. No caso de pretender fazê-lo, o Participante deverá transferir a totalidade dos valores correspondentes aos respetivos Direitos Adquiridos, bem como, a totalidade dos valores determinados pelas suas próprias contribuições, cessando, nessa data, a sua qualidade de Participante deste Plano de Pensões.
6. A transferência dos valores da Conta Base e da Conta Externa para outro fundo de pensões fica dependente de ser assegurado, por esse fundo, o cumprimento das regras deste Plano de Pensões sobre determinação dos beneficiários, condições de acesso aos benefícios e forma do pagamento dos mesmos.

Artigo 17º

(Conta Residual)

1. Salvo nos casos previstos no n.º 3 do artigo anterior, em caso de cessação do vínculo de um Participante que não tenha 100% de Direitos Adquiridos, os valores sobre os quais não estão constituídos direitos adquiridos serão transferidos para uma conta do Associado no presente Plano de Pensões, designada de Conta Residual.



2. O Associado pode escolher a todo o tempo, a afetação, pelo Subfundo Conservador e pelo Subfundo Dinâmico, dos valores da Conta Residual.
3. Os valores detidos na Conta Residual podem ser utilizados para financiar contribuições futuras a favor dos Participantes, mediante decisão do Associado.
4. Sempre que o Associado pretenda utilizar a respetiva Conta Residual deverá transmitir essa instrução à Entidade Gestora, a qual procederá em conformidade com as instruções recebidas.

Artigo 18º

(Informação)

Os Participantes serão regularmente informados sobre a evolução do financiamento do Plano de Pensões, designadamente sobre o resultado das aplicações efetuadas, tudo nos termos da legislação ao caso aplicável.

Artigo 19º

(Lacunas)

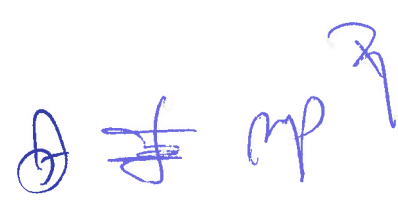
1. No omissis aplica-se o regime legal e contratual relativo ao veículo de financiamento do Plano que, em cada momento, se encontrar a ser utilizado.
2. Em matéria interpretativa das regras deste Plano de Pensões, prevalece o entendimento do Associado, desde que o mesmo tenha razoável suporte na respetiva redação, passando essa interpretação, a valer de forma uniforme para os casos análogos futuros, salvo se o Plano de Pensões for entretanto alterado.



Artigo 20º

(Outras Condições)

1. Todos os direitos e benefícios contidos neste Plano de Pensões são intransmissíveis a terceiros por parte dos Participantes.
2. Os benefícios do Plano de Pensões são atribuídos de forma voluntária, unilateral e livre do Associado e serão concedidos enquanto o mesmo considerar que a sua situação económica e financeira o permite.
3. O Associado pode no futuro alterar as regras do Plano de Pensões, nos termos da legislação que estiver em vigor, sem nunca, no entanto, reduzir os valores dos Direitos Adquiridos de qualquer Participante.
4. O Associado pode ainda fazer cessar o presente Plano de Pensões, nos termos e situações previstos na legislação que em cada momento estiver em vigor, incluindo a possibilidade prevista de realização de contribuições futuras pelos Participantes, não podendo, contudo, prejudicar os Direitos Adquiridos até ao momento. A cessação do Plano de Pensões não poderá ser invocada pelos Participantes como perda de um direito adquirido de natureza remuneratória ou outra natureza.
5. O Associado não se responsabiliza por quaisquer alterações legais e fiscais futuras que possam afetar o enquadramento deste Plano de Pensões. No entanto, o Associado procurará informar os Participantes sobre eventuais implicações fiscais aplicáveis ao Plano de Pensões.



ANEXO III

Estatutos e Regulamento de Constituição e Funcionamento da Comissão de Acompanhamento dos Planos de Pensões (CAPP)

Artigo 1º – Definição

A Comissão de Acompanhamento dos Planos de Pensões (adiante designada por CAPP) é o órgão através do qual o Associado, os Participantes e Beneficiários acompanham conjuntamente o cumprimento dos Planos de Pensões e a gestão do respetivo Fundo de Pensões.

Artigo 2º – Composição e Mandato

1. A CAPP é composta por três membros efetivos e um suplente, dos quais dois membros efetivos serão designados pelo Conselho de Administração do Associado e um efetivo e respetivo suplente serão representantes dos Participantes e Beneficiários, eleitos pelo universo global dos Participantes e Beneficiários do Fundo nos termos da lei e dos presentes estatutos.
2. Caso o representante dos Participantes e Beneficiários renuncie ao seu cargo ou, por qualquer outra razão deixe de ter condições para exercê-lo, deverá ser substituído pelo seu suplente.
3. O suplente apenas substitui o membro efetivo nos impedimentos definitivos deste.
4. Na situação prevista no número anterior, caso não haja suplente, a designação do representante faz-se nos termos previstos nos números 3. a 15. do Artigo 3º.
5. Quando, na sequência dos processos previstos nos números 3. a 15. do Artigo 3º, não sejam designados os representantes dos Participantes e Beneficiários, a CAPP funcionará com os representantes do Associado.
6. Caso qualquer dos representantes do Associado renuncie ao seu cargo ou deixe de ter condições para exercê-lo, o Conselho de Administração do Associado deverá prontamente indicar um novo representante. O Associado pode substituir livremente e em qualquer momento os membros por si designados.
7. O mandato dos membros da CAPP terá a duração de 3 anos. Os membros podem ser redesignados ou reeleitos, não existindo qualquer limitação quanto ao número de mandatos. A substituição intercalar de qualquer membro é efetuada pelo tempo que faltar até ao termo do mandato que estiver em curso.

8. Os membros da CAPP manter-se-ão em funções até à designação ou eleição de novos membros, mas por período não superior a 6 (seis) meses após o termo do respetivo mandato.
9. Os membros da CAPP não podem exercer funções, seja de que tipo for, ou ter interesse, direto ou indireto, em qualquer entidade externa ao Associado que, a qualquer título, venha a intervir na gestão ou fiscalização do Fundo de Pensões, podendo ser destituídos pelo Associado com fundamento na referida incompatibilidade.

Artigo 3º – Nomeação dos Membros da CAPP

1. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a nomeação dos seus representantes na CAPP.
2. Os representantes do Associado devem ser designados no prazo de 20 (vinte) dias a contar da comunicação que para o efeito lhes for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.
3. O Associado desenvolverá os melhores esforços para promover a eleição atempada dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP para cada mandato:
 - (a) Prestando toda a informação relevante acerca dos Planos de Pensões, do Fundo de Pensões e da CAPP aos Participantes e Beneficiários;
 - (b) Prestando todos os meios materiais e logísticos para a realização da referida eleição;
 - (c) Promovendo o ato eleitoral, nos termos dos números seguintes e suportando as despesas gerais com a respetiva realização.
4. A eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP será feita com respeito pelos seguintes princípios:
 - (a) A cada Participante e Beneficiário do Fundo corresponderá um voto;
 - (b) O voto será livre, pessoal e secreto.
5. O Associado promoverá o processo eleitoral no prazo de dez dias a contar da comunicação que para o efeito lhe for dirigida pela Entidade Gestora do Fundo de Pensões.
6. Têm capacidade eleitoral ativa todos os Participantes e Beneficiários do Fundo.
7. O período eleitoral inicia-se com a marcação, devendo, a partir deste mesmo dia, o Associado manter à disposição dos eleitores a lista com todos os Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões.
8. A marcação das eleições deverá ser comunicada, pelo Associado, de modo a tornar público o ato eleitoral, designadamente o prazo e condições para apresentação de candidaturas, os



serviços do Associado onde estas deverão ser apresentadas e o local, horário e meios da votação (que poderá ser por correspondência), bem como, o número de votos expressos necessários à validade da mesma. Os Beneficiários, por não serem trabalhadores no ativo do Associado, serão avisados por carta simples expedida para a sua morada.

9. Cada candidatura deverá conter a identificação do candidato.
10. O prazo para apresentação das candidaturas inicia-se no dia da publicitação do processo eleitoral, devendo aquelas ser apresentadas, por escrito e assinadas pelos candidatos, junto dos serviços do Associado que este vier a indicar, até ao décimo quinto dia posterior ao daquela publicitação.
11. As candidaturas serão afixadas em lugar apropriado e anunciadas em meios de informação interna, de modo a serem conhecidas dos Participantes e Beneficiários.
12. O quórum necessário para a validade dos resultados eleitorais corresponde à maioria dos Participantes e Beneficiários. Caso não se verifique quórum na primeira eleição, proceder-se-á à segunda eleição cujos resultados serão válidos independentemente do número de Participantes e Beneficiários que tiverem votado.
13. O candidato que obtiver maior número de votos preenche o lugar de membro efetivo da CAPP e o candidato que obtiver um número de votos imediatamente a seguir preenche o lugar de suplente.
14. Com respeito pelo previsto no presente documento, o Conselho de Administração do Associado poderá fixar um regulamento eleitoral, cabendo-lhe ainda o poder de, em caso de dúvida ou omissão, interpretar e preencher eventuais lacunas que possam suscitar-se no âmbito do regime de eleição dos representantes dos Participantes e Beneficiários na CAPP.
15. Quando a designação dos representantes dos Participantes e Beneficiários não seja possível por ausência de candidatos, tal facto deverá ser comunicado por escrito pelo Associado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões num prazo máximo de 5 (cinco) dias após o término do prazo para apresentação das candidaturas, devendo então a Entidade Gestora, nos 5 (cinco) dias subsequentes, instar a Comissão de Trabalhadores do Associado a designar os representantes dos Participantes e Beneficiários do Fundo na CAPP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da data da comunicação recebida da Entidade Gestora, sendo comunicada a sua identidade e morada a esta última nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva designação.

Artigo 4º – Regras de Funcionamento da CAPP



1. O presidente da CAPP será nomeado pelo Associado de entre um dos representantes por si designados.
2. Cada membro da CAPP dispõe de um voto e o presidente terá voto de qualidade nas deliberações.
3. A CAPP reúne em reuniões ordinárias com periodicidade semestral, e sempre que for convocada pelo seu presidente, pelos outros dois membros, pelo Associado ou pela Entidade Gestora. A convocatória para as reuniões será realizada através de comunicação escrita ou eletrónica, com pelo menos 10 dias úteis de antecedência, a qual deverá indicar o local, dia e hora da reunião e a respetiva ordem de trabalhos, com a indicação, quando seja o caso, dos documentos que se destinam a ser apreciados na reunião e do local em que os mesmos se encontram disponíveis.
4. Com exceção da situação prevista no número 5. do Artigo 2º, a CAPP não pode deliberar sem que esteja presente ou representada ou participe por voto escrito a maioria dos seus membros e que um deles seja o representante dos Participantes e Beneficiários.
5. As deliberações da CAPP são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes ou representados e dos que votem por correspondência.
6. De cada reunião da CAPP deve ser lavrada uma ata. Nas deliberações em que existam eventuais votos contra, estes devem ser registados em ata com a indicação da respetiva fundamentação. O presidente da CAPP pode designar um Secretário para o assessorar na preparação das reuniões, envio de comunicações e elaboração de minutas de atas.
7. A CAPP poderá elaborar um regulamento com as suas regras internas de funcionamento, que não deverá contrariar o disposto no presente documento.
8. A representação nas reuniões e votações só é permitida entre membros da CAPP em efetividade de funções.

Artigo 5º – Atividades da CAPP

1. No exercício das suas funções, a CAPP deverá:
 - (a) Atuar de boa fé e no interesse geral dos Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões;
 - (b) Atuar com diligência e prudência na fiscalização da Política de Investimento do Fundo de Pensões, tendo especial atenção ao nível de risco envolvido e à diversificação das aplicações;
 - (c) Obter aconselhamento de profissionais reputados nas áreas em que não disponha dos conhecimentos adequados.



2. Compete, em geral, à CAPP:
 - (a) Verificar o cumprimento dos Planos de Pensões do Associado e as disposições aplicáveis à gestão do fundo;
 - (b) Verificar a implementação da Política de Investimento e o financiamento das responsabilidades dos Planos de Pensões;
 - (c) Verificar o cumprimento dos deveres de informação aos Participantes e Beneficiários.
3. Compete, em especial, à CAPP emitir parecer prévio não vinculativo por escrito sobre:
 - (a) Alterações relevantes ao Contrato Constitutivo do fundo;
 - (b) Propostas de alteração das regras do plano de pensões;
 - (c) Cessação ou alteração do(s) Contrato(s) de Gestão, e nomeadamente da Política de Investimento do Fundo;
 - (d) Transferência da gestão do Fundo de Pensões de uma entidade gestora para outra entidade gestora;
 - (e) Extinção do Fundo de Pensões;
 - (f) Pedidos de devolução ao Associado de excesso de financiamento;
 - (g) Propostas da entidade gestora para a nomeação do Atu rio Responsável pelo Plano de Pensões BD e do Revisor Oficial de Contas do fundo.
4. Compete, ainda,   CAPP:
 - (a) Elaborar propostas sobre as matérias referidas nos pontos anteriores;
 - (b) Solicitar à entidade gestora e   entidade depositária a documentação e informação considerada necessária para o exercício pleno das suas funções;
 - (c) Colaborar com o Associado e a Comissão de Trabalhadores ou demais Participantes do Associado na promoção e organização de eleições para os seus membros, quando necessário;
 - (d) Elaborar um Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas que será disponibilizado para consulta, quando solicitado, aos Participantes e Beneficiários.
5. A CAPP dispõe de um prazo de 10 dias úteis, ou de 20 dias úteis sempre que a complexidade das matérias a analisar o justificar, para a elaboração e votação dos pareceres referidos no número 3 do presente artigo. Caso este prazo não seja cumprido, considerar-se-  tacitamente que o parecer da CAPP   favorável relativamente ao projeto ou pedido que lhe tiver sido submetido pelo Associado ou pela Entidade Gestora. Se a CAPP não exercer ou não estiver em condições de exercer, atempadamente as competências que lhe estão atribuídas, considera-se que o Associado e/ou a Entidade Gestora podem agir sem necessidade de a consultar ou em sua representação.

6. Sem prejuízo da informação que nos termos da lei deva ser prestada por outras entidades, a CAPP deverá informar os Participantes e Beneficiários, sempre que solicitado, sobre os Planos de Pensões e suas posteriores alterações, bem como facultar toda a informação necessária à efetiva compreensão dos Planos e demais informação relativa à atividade da CAPP.

Artigo 6º - Informação e Confidencialidade

1. Sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo anterior, a entidade gestora faculta anualmente à CAPP cópia do Relatório e Contas anuais do Fundo de Pensões, bem como dos relatórios do atuário responsável e do revisor oficial de contas elaborados no âmbito das respetivas funções.
2. Os membros da CAPP estão vinculados a um dever de sigilo e confidencialidade relativamente à atividade da CAPP e a todas as informações a que tenham acesso por causa e em função do exercício das suas funções, salvo se as mesmas já forem do conhecimento público e sem prejuízo da divulgação necessária ao exercício da atividade da CAPP ou em cumprimento de um dever legal ou de decisão judicial.
3. O dever constante do número anterior não se aplica relativamente aos Participantes e Beneficiários do Fundo, na medida do direito destes à informação.

Artigo 7º - Despesas da CAPP

1. As despesas inerentes à representação dos membros na CAPP são assumidas pelo Associado, exceto quando os representantes dos Participantes e Beneficiários resultarem de designação da Comissão de Trabalhadores, caso em que tais despesas serão assumidas pelas entidades a quem compete essa representação, nomeadamente, ao Associado e, à Comissão de Trabalhadores, relativamente aos membros por cada uma designados.
2. As despesas de funcionamento da CAPP são suportadas nos termos que por ela forem estabelecidos.
3. De forma a poder exercer as suas funções de forma eficiente, a CAPP poderá recorrer a serviços de empresas especializadas nas matérias a analisar, sendo as despesas relativas a estes serviços assumidas nos termos estabelecidos pelos membros da comissão.
4. Nenhuma despesa poderá ser imputada ao Fundo de Pensões.

Artigo 8º – Demais Legislação

Em tudo o que não estiver fixado neste articulado aplicar-se-á a demais legislação em vigor sobre a CAPP.

